



Questões frequentes sobre o recurso do Pessoas Pelo Clima (PPC)

Como é o procedimento de recurso?

Os autores devem recorrer ao Tribunal Europeu de Justiça (TEJ) no prazo de dois meses. O recurso centrar-se-á apenas na questão da admissibilidade, não sendo possível apresentar novos factos. Uma decisão sobre os méritos (ou seja, sobre a necessidade de aumentar a ambição climática até 2030) não será tomada pelo TEJ. O recurso é geralmente dividido numa parte escrita (ou seja, o pedido é seguido da resposta da defesa, que por sua vez é seguida da chamada resposta dos demandantes e de uma réplica subsequente da defesa) e de uma parte oral facultativa - uma audição oral pode ser solicitada, mas não necessariamente.

Se o TEJ concordar com as conclusões do Tribunal Geral da UE (TGE) e negar a admissibilidade, todo o processo será encerrado.

Se o TEJ não concordar com as conclusões do TGE, a disputa pode ser encaminhada de volta ao TGE ou o TEJ decidirá sobre a questão da admissibilidade em si e fará referência ao TGE posteriormente. Em ambos os casos, o processo terá finalmente o foco nas alterações climáticas e nas medidas que precisam ser tomadas para proteger os direitos humanos dos demandantes.

Quais são as hipóteses de ganhar perante o Tribunal Europeu de Justiça (TEJ)?

O PPC é novo em muitos níveis, e uma vitória legal - também com relação a um recurso - não é de forma alguma certa. No sistema jurídico europeu, os indivíduos só podem contestar atos legais se forem direta e individualmente afetados por eles. Este é um obstáculo sério, porque os tribunais europeus interpretam estes critérios de forma muito restritiva - como se vê na decisão do Tribunal Geral Europeu. [No contexto das decisões executivas, esta prática já foi amplamente criticada como uma violação do direito internacional pelo órgão de cumprimento da Convenção de Aarhus.](#)

A este respeito, a decisão do Tribunal Geral não é totalmente surpreendente, uma vez que as instâncias inferiores raramente se desviam da jurisprudência estabelecida. O Tribunal de instância superior e final, ou seja, o Tribunal de Justiça tem margem de manobra para interpretar a lei de forma diferente e, assim, iniciar um procedimento jurídico adicional. Uma vez que a decisão do Tribunal Geral é apenas brevemente fundamentada e, além disso,



PEOPLE'S
CLIMATE
CASE

"inventa" um novo requisito relativo à legitimidade que não está presente no Tratado, pelo que existem fundamentos definitivos para o recurso.

O que aconteceu com aqueles que pediram para se tornarem intervenientes no processo?

A Climate Action Network (CAN) Europe, a Wemove.eu e a Associação Alemã de Pequenos Agricultores (Arbeitsgemeinschaft bäuerliche Landwirtschaft) pediram para intervir em apoio aos demandantes em setembro de 2018. A Comissão Europeia pediu autorização para intervir em apoio do Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia em outubro de 2018.

Com a recente decisão do Tribunal ao rejeitar o pedido dos demandantes em pontos técnicos, o pedido de intervenção perdeu o seu propósito.

No entanto, esta questão será automaticamente reconsiderada se o recurso dos demandantes no Tribunal Europeu de Justiça for bem sucedido.

As pessoas afetadas pelas alterações climáticas ainda podem juntar-se ao Pessoas Pelo Clima?

Infelizmente, o prazo de inscrição para a intervenção expirou em outubro de 2018 e as pessoas interessadas já não podem participar como intervenientes no Pessoas pelo Clima.

Outras pessoas afetadas pelas alterações climáticas ainda podem mover uma ação semelhante perante o Tribunal Geral da UE?

Outras pessoas que não as intervenientes no Pessoas Pelo Clima não estão vinculadas às conclusões do Tribunal. No entanto, a fim de evitar o risco de suspensão do seu processo até que o Tribunal tome a sua decisão sobre este processo, poderá fazer sentido aguardar o resultado do recurso do Pessoas Pelo Clima.

FIM